



Índice

- 01** [Oficina discute conhecimento associado à biodiversidade](#)
- 02** [PF cumpre mandados e não acha armas em reserva indígena do RS](#)
- 03** [Indígenas se unem para eleger deputado federal](#)
- 04** [Julgamento sobre demarcação de terras indígenas no MS deve ser concluído na próxima semana](#)
- 05** [Morte de criança indígena por H1N1 é descartada em Cacoal, RO](#)
- 06** [Questão indígena em Guaira e Terra Roxa](#)
- 07** [O artesanato indígena e a economia criativa é tema de exposição no IAP](#)
- 08** ['Quero devolver algo à minha comunidade', diz jovem índio que virou advogado](#)
- 09** [Isolados, índios Mashco Piro são alvo de 'safári humano'](#)
- 10** [Após morte de 4 índios na fronteira, AC vai pedir ajuda do governo federal](#)
- 11** [Tocantins conta com Xerentes no elenco para vencer no estadual sub-19](#)
- 12** [Corrida de fundo marca o último dia dos IV Jogos Tradicionais Indígenas em Marudá](#)
- 13** [Economia criativa e arte indígena são temas de exposição](#)
- 14** [Lideranças indígenas de seis etnias do Xingu ocupam sede da FUNAI em Altamira, no sudoeste do Pará](#)
- 15** [Justiça adia julgamento sobre demarcação de terras indígenas em MS](#)



-
- 16** MPF diz que transferência da saúde indígena ao setor privado é inconstitucional
 - 17** Índios ocupam Funai de Altamira
 - 18** Ministério da Saúde quer aprimorar Casas de Apoio à Saúde Indígena
 - 19** Prefeitura do Prado entrega sementes nas aldeias Indígenas de Cumuruxatiba
 - 20** I Encontro Esportivo e Cultural Indígena na Universidade ocorre neste sábado
 - 21** Brasil-eleições2014: Povos Indígenas querem representantes no Parlamento
 - 22** Índio é assassinado a pauladas em Dourados
 - 23** Brasil contesta críticas da ONU sobre aumento de índios presos
 - 24** Corpos de indígenas assassinados continuam na fronteira com Peru
 - 25** Indígenas entram em consenso e elegem novo vice-cacique na Reserva em Charrua
 - 26** PF diz que não há brasileiros entre índios mortos
 - 27** Abertura dos Jogos Indígenas do Amapá será nesta segunda-feira na aldeia
Kumarumã
 - 28** VII Encontro da Mulher Negra Quilombola será dias 12, 13 e 14/09.
 - 29** Justiça Federal mantém área fora da demarcação de quilombo na Picadinha
 - 30** Nível do rio prejudica viagem de ribeirinhos à capital



Oficina discute conhecimento associado à biodiversidade

SÍTIO PORTAL BRASIL, 10.09.2014

Meta é que participantes, entre eles representantes de povos e comunidades tradicionais, formem rede de multiplicadores

Participam do evento 20 representantes de povos e comunidades tradicionais, como indígenas
Itens relacionados

Monitorar a fertilidade do solo pode reduzir custos de produção

Ibama embarga cinco indústrias e apreende pescados no Amazonas

Projeto promove uso da tecnologia para inclusão de catadores

De 9 a 12 de setembro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai realizar a Oficina sobre Proteção e Salvaguarda de Conhecimentos Tradicionais, em Brasília (DF). Participam 20 representantes de povos e comunidades tradicionais, como agricultores familiares, indígenas e quilombolas. Eles receberão informações sobre os direitos relacionados ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade.

Essa discussão é importante porque muitos produtos disponíveis no mercado como fármacos e cosméticos, entre outros, possuem na fórmula componentes oriundos da biodiversidade. Além disso, muitos produtos só foram elaborados devido ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade das comunidades tradicionais.

As empresas que elaboram esses produtos acabam patenteando as fórmulas sem repartir o crédito aos detentores do recurso e do conhecimento, como agricultores familiares, extrativistas, indígenas e quilombolas.

“Processos de capacitação são de extrema importância, pois, além de transmitir conhecimento, permitem a troca de percepções entre os participantes, aumentando o acúmulo existente dentro das organizações. A utilização de metodologias adequadas para esse público também é necessária, uma vez que apresentam especificidades no processo de formação”, explica o chefe da Assessoria Internacional do MDA, Caio França.

Ao final da oficina, a meta é que os participantes formem uma grande rede permanente de multiplicadores nessa temática. “A intenção é iniciar um processo de capacitação de lideranças de povos e comunidades tradicionais para o tema e tentar construir uma rede para discutir o assunto junto a esse segmento. Entender que o conhecimento deles tem um valor e que pessoas obtêm lucro com isso é necessário, pois isso permitirá que os povos e comunidades tradicionais decidam ou não compartilhar esse conhecimento com essas pessoas, e cobrar por isso caso decidam, gerando renda”, acrescenta Caio.

Metodologia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

Para participar, o representante da comunidade deve ter interesse pelo tema conhecimento tradicional da biodiversidade, disposição para integrar uma rede permanente de multiplicadores do tema, ter boa compreensão da língua portuguesa e ter acesso à internet.

O evento será em formato de mesa redonda, para que todos possam participar e debater o tema. O mote será um texto sobre mandioca, que, segundo a Assessoria Internacional, será lido de forma lúdica e vai contemplar os temas pertinentes ao assunto.

“Os conhecimentos tradicionais na manutenção e preservação da natureza, historicamente, têm sido utilizados por esses povos e comunidades há tempos. Essa oportunidade possibilitará aos participantes um maior conhecimento sobre a temática, qualificando-os para participar de fóruns nacionais e internacionais, fazendo com que possam debater as questões a eles relacionadas”, destaca o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (CGPCT/ MDA), Edmilton Cerqueira.

“Vale ressaltar que essa discussão também está relacionada ao processo de fortalecimento da discussão sobre inclusão produtiva, geração de renda e segurança e soberania alimentar e nutricional”, completa Edmilton.

Parceiros

A oficina é uma parceria entre o MDA e os ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Cultura (MinC), da Justiça (MJ), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Fundação Cultural Palmares.

Fonte:

Ministério do Desenvolvimento Agrário



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

PF cumpre mandados e não acha armas em reserva indígena do RS

SÍTIO G1, 10.09.2014

Mais de 300 policiais participaram de operação para controlar conflito. Conflito envolvendo dois mil índios ocorre em Charrua, no Norte do estado.

A quarta-feira (10) começou tensa em uma reserva indígena de Charrua, na Região Norte do Rio Grande do Sul. Mais de 300 policiais participaram de uma operação para tentar controlar um conflito envolvendo dois mil índios. Durante a operação, a Polícia Federal cumpriu 13 mandados de busca e apreensão, mas nenhuma arma foi encontrada no local.

Segundo a polícia, o conflito começou por haver diferenças políticas entre os dois grupos. Nos últimos três meses, três residências foram incendiadas na área. A negociação continua nesta tarde. Um reunião com lideranças indígenas vai ser realizada às 15h na sede da Polícia Federal em Passo Fundo.



Indígenas se unem para eleger deputado federal

SÍTIO REVISTA CARTA CAPITAL, 10.09.2014

Mobilização em Roraima busca levar um indígena ao Congresso depois de 28 anos sem um representante

"O Rio de Janeiro só elegeu índios, cantores e locutores de rádio", bradava, em abril de 1983, o general João Baptista Figueiredo, último ditador, ao repetir a velha crítica de que o brasileiro "votava mal" e não estava "preparado" para as eleições diretas. Naquele ano, o cacique xavante Mário Juruna tomara posse como deputado federal pelo PDT fluminense. Desde quando Juruna, ridicularizado pelo governo e pela mídia, deixou o Congresso, no fim de 1986, nunca mais o Brasil teve um índio no Parlamento.

Talvez a história mude neste ano. Em março, reunidos em assembleia na reserva de Raposa Serra do Sol, em Roraima, os tuxaua (caciques) das diversas etnias da região (macuxi, wapichana, taurepang, ingarikó, wai-wai, ianomâmi, patamona, saporá e yekuana) deram a ordem: índio vota em índio. A estratégia é eleger dois representantes: um deputado federal e um estadual. "Os políticos dizem representar a população de Roraima, mas só representam os povos não índios", critica Aldenir Wapichana, candidato à Câmara Federal pelo PT. O outro indígena em campanha ungido pelos caciques, Mário Nicácio Wapichana, sairá a deputado estadual pelo PCdoB. Com 49,6 mil moradores que se declaram indígenas entre os seus 450 mil habitantes, de acordo com o último Censo do IBGE, Roraima é proporcionalmente o estado com a maior população indígena no País.

Na última eleição, um candidato indígena, Eliésio Cavalcante (PT), virou prefeito em Uiramutã. Para conseguir uma vaga na Câmara Federal, é preciso, porém, que Aldenir Wapichana obtenha ao menos 14 mil de um total estimado de 22 mil eleitores indígenas. A maior dificuldade, diz, é conseguir chegar às comunidades para fazer campanha. "Às vezes não tem carro, às vezes falta combustível."

As eleições deste ano são as primeiras em que se disponibilizou o perfil étnico dos candidatos, e assim se constata a absoluta maioria de brancos em busca de um cargo público, em proporção superior à da população. Segundo os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral, dos 25.366 inscritos para concorrer aos cargos de presidente e vice, governador e vice-governador, senador, suplentes e deputados federais e estaduais, 13.958 (ou 55,03%) declararam-se brancos. Os negros somam 9,24%, os amarelos 0,46% e os índios, 0,32%.

Roraima tem apenas 1,1% de candidatos indígenas ante 37,83% de brancos. De qualquer forma, esta parece ser a eleição com um maior número de índios candidatos desde a volta das eleições livres. Ao todo, dos 79 candidatos autodeclarados indígenas, 29 concorrem a vagas no Congresso. Até mesmo São Paulo possui um, Kaká Werá, que disputa um posto no Senado pelo PV.

CONT.



Há uma tentativa de se criar cotas para indígenas no Congresso por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e prestes a ser apreciada pelo plenário da Câmara. A PEC cria quatro vagas de deputados federais a serem preenchidas exclusivamente por índios. "No nosso sistema político, com a prevalência do poder econômico e de regras como o cociente eleitoral, eles jamais terão condição de vir ao Congresso como representantes eleitos", afirma o deputado petista Nilmário Miranda, autor da proposta.

Os índios decidiram, no entanto, não esperar e resolveram desafiar por conta própria o vaticínio. "Não acho que os índios deixaram de se candidatar ao Congresso por desinteresse. Eles nunca tiveram no foco da tensão como agora e nunca estiveram tão organizados", opina o antropólogo Henyo Barretto Filho, diretor do Instituto Internacional de Educação do Brasil. "Mário Juruna foi eleito pelo Rio de Janeiro e fundamentalmente por causa do apoio do PDT de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Hoje nenhum dos candidatos indígenas goza de forte apoio partidário, mas, por outro lado, contam com os votos dos próprios índios e de brancos que entenderam que esta causa não é só dos índios", aposta.

O perfil dos candidatos se diferencia do pioneiro Juruna. Enquanto ele mal sabia se comunicar em português, Aldenir Wapichana possui o ensino médio completo e se especializou em redes sociais. O cacique guarani-caiova Ládio Veron, candidato a deputado federal pelo PSOL de Mato Grosso do Sul, estudou História na Universidade Federal da Grande Dourados. Mas a principal diferença, concordam, é o apoio que passaram a ter. "Juruna trabalhava muito só. Hoje a gente tem aliados", diz Veron.

A possibilidade de ter um novo ou novos Jurunas no Congresso, à primeira vista, aponta para a possibilidade de eles servirem como contraponto ao forte lobby ruralista. Mas os candidatos surpreendentemente não elegem o setor como seu principal adversário. O alvo é o governo petista.

"O PT decepcionou os índios", critica Veron. "Esperávamos muito porque a promessa era grande." Os guarani-caiova sofreram diversos ataques de fazendeiros durante o governo Dilma Rousseff – o próprio Veron foi ameaçado de morte –, mas a presidenta só recebeu representantes das etnias após os protestos de junho de 2013. Até o petista Aldenir Wapichana tem críticas. "O governo ficou um pouco a desejar, faltou conversa." Se reeleita, Dilma que se cuide, as flechas partirão na direção do Palácio do Planalto. E se a estratégia indígena der certo, virão de bem perto.

*Reportagem publicada originalmente na edição 815 de CartaCapital, com título "Na grande taba"



Julgamento sobre demarcação de terras indígenas no MS deve ser concluído na próxima semana

SÍTIO CENÁRIO MT, 10.09.2014

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal prosseguiu, na sessão desta terça-feira (9), com o julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 29087, apresentado pelo proprietário rural Avelino Antonio Donatti contra a declaração de sua fazenda como sendo de posse imemorial (permanente) da etnia guarani-kaiowá, integrando a Terra Indígena Guyraroká, no Mato Grosso do Sul. Em voto-vista, a ministra Cármen Lúcia manifestou-se pelo provimento do recurso.

A ministra seguiu a divergência aberta pelo ministro Gilmar Mendes na sessão de 24/6/2014, no sentido de dar provimento ao recurso interposto pelo proprietário rural. O relator, ministro Ricardo Lewandowski, votou pelo desprovimento, por entender que o mandado de segurança não é o instrumento judicial adequado para discutir uma questão de tal complexidade. Com a votação em 2 a 1, impedido o ministro Teori Zavascki, a Turma decidiu concluir o julgamento na próxima sessão, a fim de colher o voto do ministro Celso de Mello.

Salvaguardas

Segundo a ministra, o voto divergente do ministro Gilmar Mendes “é mais consentâneo” com as salvaguardas fixadas pelo Plenário do STF no julgamento da PET 3388, que tratou da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Naquela ocasião, decidiu-se que o marco temporal da ocupação indígena seria a data da promulgação da Constituição Federal de 1988, em 5/10 daquele ano.

A ministra ressaltou que não há controvérsia quanto à inexistência de índios na região naquela data, conforme atesta o laudo antropológico que subsidiou o processo administrativo que resultou na demarcação da Terra Guyraroká, transcrito nos autos. Segundo este documento, os índios ocuparam a região até o início da década de 1940, quando os fazendeiros começaram a comprar terras do estado e tornaram inviável sua permanência no local. Até o início da década de 1980, alguns grupos indígenas permaneceram no local como peões de fazenda, como parte da estratégia de permanência nas terras onde sempre viveram, mas nessa época as últimas famílias deixaram o local.

“O laudo afasta quaisquer dúvidas sobre a anterior ocupação indígena na região onde está o imóvel, adquirido em agosto de 1988”, afirmou a ministra. “Há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na região”.

“Desassossego”

A ministra Cármen Lúcia manifestou, no início de seu voto, seu “desassossego” diante da

CONT.



dificuldade de uma solução judicial que atenda igualmente aos anseios da comunidade indígena, “há muito desapossada de suas terras, muitas vezes agravada em seus direitos fundamentais e na dignidade da pessoa humana”, mas também do produtor rural, “que, confiando na validade de título de domínio outorgado pelo próprio poder público, se vê ameaçado no que considera seu direito”. O equacionamento do problema, segundo ela, deve-se fundamentar “na garantia das relações sociais e na confiança que todos devem ter nos atos estatais”.

Para a ministra, o reconhecimento da tradicionalidade da ocupação indígena, neste caso, apenas pela posse imemorial instauraria “um grave caso de insegurança jurídica a desestabilizar a harmonia que hoje gozam cidadãos até mesmo em centros urbanos que, em tempos remotos, foram ocupados por comunidades indígenas”.

Ela chamou atenção para o “desolador quadro de instabilidade social e jurídica” existente na região, “que tem desamparado ambos os lados da disputa pela terra”, mas ressaltou que o problema não tem passado despercebido ao Poder Judiciário, “que não se distanciou de sua incumbência constitucional de analisá-la em profundidade, apresentando alternativas para construir soluções capazes de pôr fim a um conflito no qual não há vencedores, apenas vencidos, todos em situação de desagrado e desolação quanto a seus direitos, que nunca se veem plenamente atendidos”.

CF/AD



Morte de criança indígena por H1N1 é descartada em Cacoal, RO
SÍTIO O NORTÃO, 10.09.2014

Vítima era de Espigão do Oeste e faleceu em junho deste ano. Exame do Lacen comprovou que morte foi causada por pneumonia.

A Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) de Cacoal (RO), município distante 480 quilômetros de Porto Velho, descartou que a causa da morte de um indígena de quatro anos, em junho deste ano, tenha sido o vírus H1N1. Na época do falecimento, foi levantada a suspeita, mas exame realizado pelo Laboratório Central de Saúde de Rondônia (Lacen) diagnosticou que o falecimento da criança foi decorrente de pneumonia.

“O garoto foi a óbito, mas não foi por H1N1, ou seja, por gripe. Na investigação deu que a morte foi provocada por pneumonia, mas uma pneumonia não causada pelo vírus da gripe H1N1”, explicou a coordenadora de Vigilância em Saúde da Semusa, Ivani Gromann. O indígena morava em Espigão do Oeste e ficou internado no hospital municipal Materno Infantil de Cacoal.

Ivani afirma que 26 casos de suspeitas do vírus foram notificados na cidade. Até agora, houve uma confirmação, em junho, e oito suspeitas foram descartadas. “Para os casos suspeitos nós notificamos o paciente, aplicamos o Tamiflu, é feita a coleta do material para posteriormente ser encaminhado ao Lacen para a realização do exame, até recebermos o resultado. Então é feito todo um monitoramento”, esclareceu a secretária. A Semusa aguarda o resultado do exame dos outros 17 casos.

De acordo com a Semusa, a única pessoa que teve a doença confirmada até o momento no município passa bem. Só foi informado que o paciente é do sexo masculino.

A vacinação contra o vírus influenza deste ano em Cacoal ocorreu no período de 22 de abril a 13 de junho.



Questão indígena em Guaíra e Terra Roxa

SÍTIO UMUARAMA ILUSTRADO, 10.09.2014

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Poder Executivo do Município de Guaíra vem a público para estabelecer a verdade dos fatos e evitar a exploração oportunista de assuntos vinculados a questão indígena local, e prestar os seguintes esclarecimentos:

Projeto de Lei 33/2014 que solicita autorização legislativa para a aquisição de 02 imóveis rurais no total de 4,59 há na Comunidade Santo Antonio na Estrada da Faixinha:

No dia 03/09/2013 os indígenas da aldeia Tekoha Mirim desocuparam área vizinha que haviam ocupado, nesta negociação o Município se comprometeu em apoiar a construção de uma escola provisória, diante da não autorização dos proprietários das áreas ocupadas, restou ao Município apoiar a construção da escola em 02 lotes da Itaipu Binacional vizinho as áreas. No transcorrer destas tratativas se conseguiu uma negociação mais ampla, ou seja a desocupação das 02 áreas privadas ocupadas e a transferência das famílias indígenas para os 02 lotes da Itaipu Binacional. Assim em Dezembro de 2013, foi firmado um Termo de Cooperação entre o Município, Itaipu, MPF, FUNAI e a Aldeia Tekoha Mirim, em que Itaipu se comprometeu em efetuar a concessão de uso dos 02 lotes de sua propriedade e a construção de 20 casas, poço artesiano e banheiros, bem como mediante Convênio repassar R\$ 250 mil ao Município para aplicação conforme Plano de Trabalho. Os indígenas se comprometeram a desocupar as 02 áreas privadas e a mata ciliar da Itaipu Binacional. Por sua vez o Município se comprometeu a adquirir e conceder para o uso com a finalidade de plantio para a subsistência 02 alqueires, que ao serem adquiridos continuarão sendo patrimônio municipal.

Superadas as etapas jurídicas e de projetos, a Itaipu efetuou o repasse financeiro do Convênio e começou as construções compromissadas, restando ao Município por sua vez providenciar o fornecimento de 02 alqueires para o plantio. Assim sendo, o Município após efetuar a avaliação das áreas por comissão nomeada pela Portaria 33/2014, cumprindo a Lei Orgânica Municipal encaminhou o projeto de lei 33/2014 para a aprovação e autorização legislativa. Deve ser ressaltado que os 02 proprietários Geraldo Claro e Anésio Bittencourt concordam com a desapropriação.

Ao ser protocolado o projeto de lei na Câmara Municipal de Vereadores, se verificou uma reação desproporcional de munícipes que se declaram contrários a aquisição das áreas e a cessão de uso para a finalidade proposta, o que é legítimo pois nem sempre todos os projetos são aceitos de forma consensual e unânime.

O que o poder executivo pretende esclarecer, é que com a desaprovação do referido projeto de lei, talvez se perca uma boa oportunidade de começar a se encontrar soluções negociadas com todas as partes envolvidas, pois em termos práticos 02 proprietários irão vender seus imóveis

CONT.



a preço de mercado, indígenas passarão a ocupar áreas públicas e isto possibilitará uma primeira experiência de reassentamento amigável, que poderá resultar em novas experiências futuras.

Esta é a posição do Executivo Municipal e chegou a hora do pronunciamento do Legislativo Municipal, que inclusive poderá ser contrário ao posicionamento do Executivo Municipal, afinal vivemos numa país democrático. Mas o que o Executivo Municipal não pode aceitar, é a exploração política num período eleitoral de um assunto tão sério, através de informações deturpadas que estão sendo disseminadas nos últimos dias.

Estudo de Delimitação e Demarcação de Terras Indígenas em Guaíra e Terra Roxa:

Como todos sabem a FUNAI publicou a Portaria 139/2014 e está efetuando estudos de delimitação e demarcação de terras indígenas, nos últimos dias começou a circular nas mídias sociais imagem de um "mapa" que teria sido feito pela Prefeitura Municipal de Guaíra e inclusive fazendo alusão direta ao Prefeito do Município.

Deve ser esclarecido que o Prefeito Municipal de Guaíra como outros recebeu de forma anônima e não oficial uma impressão colorida do que seria um mapa de delimitação e demarcação pretendida pela FUNAI e que não se sabe quem, passou a divulgar estas informações de forma indevida nas mídias sociais.

Deve ser esclarecido, que o Município de Guaíra e de Terra Roxa nunca receberam sequer um ofício da FUNAI informando, consultando ou submetendo a nossa anuência os atos praticados pela Comissão nomeada pela Portaria 139/2014. Todo mundo sabe que não cabe ao Município elaborar Mapa de Delimitação e Demarcação de suas próprias terras, somente pessoas com interesses eleitorais podem ter tido a irresponsabilidade na divulgação de tais informações, brincando com assunto sério. Esclareça-se que jamais o poder executivo municipal irá pactuar com medidas desta natureza, ou seja, proporcionar a divulgação de um mapa não oficial, anônimo, e totalmente contra o interesse da sociedade, e muito menos, se fosse o caso, omiti-lo caso o tivesse recebido de forma oficial.

O assunto indígena é assunto complexo em que não há formula pronta e muito menos infalível para resolve-lo, mas não tenham dúvida que o Poder Executivo do Município de Guaíra está tratando deste assunto com muita responsabilidade e atenção para com os interesses do povo guairense e seu patrimônio.

Guaíra-PR., 02/09/2014
FABIAN PERSI VENDRUSCOLO
Prefeito do Município de Guaíra – PR.



O artesanato indígena e a economia criativa é tema de exposição no IAP

SÍTIO CRIATIVO, 10.09.2014

A partir do próximo dia 17, a Incubadora Pará Criativo, que funciona no prédio do Instituto de Artes do Pará (IAP), recebe a exposição "Barro, Madeira e Palha – O artesanato indígena e a Economia Criativa". Realizada em parceria com a Fundação Ipiranga, a mostra vai expor a produção artesanal das etnias Assurini do Xingu, Arawaté e Parakanã. As peças fazem parte do acervo da Fundação Ipiranga que, por meio da Associação Assurini Awaeté, mantém a loja Koisas de Índio, no Mercado de Carne Francisco Bolonha, no complexo do Ver-o-Peso. O projeto da Fundação contribui para a valorização da cultura indígena, potencializa as possibilidades de uso da produção artesanal e incentiva o escoamento da produção dos trabalhos das etnias envolvidas.

Karina Menezes, curadora da Fundação Ipiranga, e Guilherme Repilla, assessor cultural da Incubadora Pará Criativo, assinam a curadoria da exposição, que apresenta cerca de 80 peças, incluindo cestaria, cerâmica e outros objetos tradicionais.

Para Guilherme Repilla, além de divulgar o trabalho desenvolvido pelos povos indígenas, a exposição contribui "para o desenvolvimento de novos olhares". "O nosso principal objetivo é fazer as pessoas conhecerem o artesanato indígena além do souvenir. Que elas sejam encorajadas a utilizar os objetos no cotidiano", ressaltou.

No primeiro semestre deste ano, a Fundação Ipiranga realizou uma mostra fotográfica no IAP, retratando parte da cultura Assurini e Arawaté. A presidente da Fundação Ipiranga, Suely Menezes, destacou a importância de ações que exponham a cultura indígena. "É uma grande alegria para a Fundação ser um dos elementos propulsores deste projeto. Ficamos contentes em contribuir para que as pessoas conheçam cada vez mais a cultura indígena. Essa exposição pode ser um começo importante de um novo relacionamento desses povos com a sua produção artesanal e a maneira que se relacionam com a sociedade paraense", disse ela.

A abertura da exposição, no dia 17, contará com a apresentação do músico Salomão Habib, um dos grandes pesquisadores da música regional paraense.

Parceria – A exposição "Barro, Madeira e Palha – O Artesanato Indígena na Economia Criativa" marca o início da parceria entre a Incubadora Pará Criativo e a Fundação Ipiranga. Para o coordenador de Articulação da Incubadora Pará Criativo, Ruy Secco, a parceria é estratégica. "Como uma importante instituição que atua na promoção, preservação e disseminação das manifestações artísticas e culturais da região, a adesão da Fundação Ipiranga à rede de parceiros da Incubadora Pará Criativo enriquece ainda mais nosso projeto. A Fundação possui projetos de grande impacto e relevância em vários segmentos da Economia Criativa, e juntos contribuiremos para a valorização da cultura nas suas mais variadas formas, auxiliando no desenvolvimento e crescimento socioeconômico da região", frisou Ruy Secco.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

A Fundação Ipiranga é uma entidade sem fins lucrativos, que desenvolve ações sociais e culturais destinadas a consolidar a cultura paraense. Suas ações são pautadas na necessidade de difundir a cultura indígena, realizando trabalhos no âmbito da economia, saúde, arte e cultura.

Serviço: O vernissage da exposição "Barro, Madeira e Palha – O artesanato indígena e a Economia Criativa" será no dia 17 de setembro, às 19 h, no IAP. A abertura contará com apresentação do músico Salomão Habib. A exposição será visitada das 8 às 17 h, de segunda a sexta-feira, até o dia 30 de setembro.

Juliane Frazão
Pará Criativo

'Quero devolver algo à minha comunidade', diz jovem índio que virou advogado

SÍTIO BBC BRASIL, 10.09.2014



Luiz Henrique Eloy Amado tem 25 anos e é um dos poucos advogados no Brasil dedicados exclusivamente à demarcação e à reintegração de terras indígenas. Em depoimento à BBC Brasil, o índio terena - que se formou em Direito, fez mestrado na Universidade Católica Dom Bosco (MS) e se prepara para fazer doutorado em Antropologia - relata a resistência enfrentada por lideranças jovens dentro e fora de suas comunidades.

Confira aqui os principais trechos do depoimento à repórter Paula Adamo Idoeta.

"Deixei a aldeia Ipegui, de Aquidauana (MS), para cursar o ensino superior já pensando em devolver algo à minha comunidade. Fiz parte das primeiras leva de indígenas que tiveram acesso à universidade entre 2005 e 2006.

Ali eu convivia com vários indígenas, e vi que o problema deixou de ser o acesso à universidade, passou a ser a permanência - os índios têm dificuldades financeiras, (se comunicam em sua) língua materna, ficam longe da comunidade, sofrem preconceito.

Nos cinco anos do curso de Direito, em nenhum momento, os direitos dos povos indígenas foram abordados. Então fizemos um grupo de estudo sobre o tema, com acadêmicos e índios.

CONT.



Depois de me formar, comecei a atuar exclusivamente na área de questões coletivas e na demarcação de terras, porque as comunidades indígenas têm uma carência muito grande (de advogados).

Faço oficinas nas comunidades sobre os direitos do povo indígena e atuo em processos de demarcação de terra e reintegração de posse. Na esfera criminal, defendo lideranças criminalizadas pela luta pela terra. Não atuo em casos de crime comum, apenas de índios que respondem processos por seu ativismo.

Um dos casos de maior destaque foi o do 'leilão da resistência', em dezembro, quando fazendeiros organizaram um leilão para arrecadar fundos para contratar empresas privadas para a segurança das fazendas.

Só que na maior parte dos casos de lideranças indígenas mortas, tem sempre uma empresa de segurança ou um pistoleiro envolvido.

Entramos com recurso e a Justiça Federal suspendeu o leilão; os fazendeiros recorreram e fizeram o leilão, mas conseguimos bloquear o dinheiro (cerca de R\$ 1 milhão). O processo está correndo.

(Nota: À época, os fazendeiros afirmaram que a contratação de seguranças serviria para garantir sua integridade física e de suas propriedades. O caso ainda está sendo discutido pela Justiça)

O interessante é que foi a primeira vez que a própria comunidade indígena (entrou com a ação) para defender seus direitos, não a Funai ou o Ministério Público Federal (MPF).

Também conseguimos o fechamento de uma empresa de segurança privada envolvida na morte de um indígena. Nesse caso, sou assistente de acusação da família.

Nunca sofri ameaça direta (pela atuação como advogado), mas vários amigos dizem ter ouvido rumores e me alertam para que eu tome cuidado. Já fui perseguido por caminhonetes e tive que me esconder no mato. Hoje tomo vários cuidados e restrinjo minha rotina.

A causa mais urgente para os índios hoje é, com certeza, a questão territorial. Um terço das terras indígenas do Brasil ainda não foi demarcado, e as que foram estão ameaçadas, seja pelas atividades mineradora e madeireira ou pelas hidrelétricas.

O Brasil adotou um modelo de desenvolvimento que não contempla os povos indígenas, vistos como empecilho. Passam por cima dos nossos direitos, e o Brasil é cobrado lá fora por isso.

Nas minhas andanças pelo Estado, escuto muito das lideranças (indígenas) e dos fazendeiros uma revolta pela omissão do governo federal na questão. A percepção é de que o governo está de braços cruzados assistindo aos conflitos. As comunidades fazem retomadas (de terras) por conta própria, e o fazendeiro se vê no direito de se armar.

CONT.



Esse era o fundamento do leilão da resistência: 'o governo não está fazendo nossa segurança'. Isso tem crescido, a violência está crescendo. E nessa disputa os povos indígenas são as maiores vítimas.

Vejo que as lideranças jovens sofrem muita resistência aqui. Uma vez, fazendeiros questionaram na Assembleia Legislativa do Estado (do Mato Grosso do Sul) se eu tinha (registro na) OAB para advogar em nome da causa terena, por eu ser jovem. Já cheguei a entrar em cartórios do fórum para pedir processos e me disserem: 'Estagiário não pode pegar o processo'. Daí tenho que provar que sou advogado.

Reprodução

Já vi até lideranças indígenas tradicionais fazerem críticas à juventude. Pessoas que estão há 20 ou 30 anos lutando veem o jovem falando e resistem. Falo não por mim, mas num contexto geral. Mas temos quebrado essa resistência quando começamos a dialogar, mostrando que não estamos substituindo ou concorrendo (com os mais velhos) - estamos a serviço da comunidade.

Há jovens trabalhando pelas comunidades indígenas em várias áreas: estudantes brigando junto ao Ministério da Educação pela permanência dos índios no ensino superior, jornalistas dando visibilidade aos problemas e práticas culturais, antropólogos fazendo registros orais e contribuindo em laudos judiciais, algo que é fundamental em muitas causas.

Ainda quero, nos próximos anos, prestar concurso para o MPF (Ministério Público Federal), na defesa das populações tradicionais (indígenas e quilombolas).

Acho perfeitamente possível conciliar (as tradições indígenas) com a vida acadêmica. A pessoa tem que saber que está ocupando novos espaços, mas sem esquecer de suas raízes. Vivo em Campo Grande, mas com um pé na minha aldeia."



Isolados, índios Mashco Piro são alvo de 'safári humano'

SÍTIO CARTA CAPITAL, 10.09.2014

Organização peruana FENAMAD denuncia contato de crianças da etnia com turistas e com missionária evangélica, o que é proibido desde os anos 1990

A cena se repete: jovens indígenas se aproximam dos estranhos. Curiosos pelos bens materiais, aceitam os presentes, sem imaginar que podem carregar ali uma bomba epidêmica para o seu povo. Por trás da aparente boa intenção dos estranhos, pode estar escondida uma estratégia de proselitismo religioso ou de conquista territorial. Além disso, a própria iniciativa de estabelecer contato com povos isolados é proibida por lei, seja no Peru ou no Brasil.

A organização indígena peruana FENAMAD divulgou nesta semana fotos tiradas no último sábado, 6, que mostram um grupo de crianças da etnia Mashco-Piro recebendo roupas e comida de uma missionária indígena ligada a grupos evangélicos internacionais.

A denúncia da FENAMAD tem por base um flagrante do contato captado por uma equipe de fiscalização da Reserva Comunal Amarakaeri ECA-RCA, enquanto voltavam de uma viagem em um barco do Pnud. O relato é o seguinte:

“Ao descer o rio por volta das 10 horas da manhã, a equipe do ECA observou na praia um grupo de pessoas e um bote de uma empresa turística, que se retirou ao vê-los chegar. Minutos antes, um outro bote turístico também esteve na área. Na praia ficaram cinco jovens e a senhora Nelly, da comunidade Diamante, uma missionária evangélica e cinco jovens indígenas isolados vestindo roupas.

A senhora Nelly respondeu que sempre leva bananas porque os isolados pedem, mas que seriam as empresas turísticas que teriam entregue roupas às crianças que estavam na praia, enquanto seus pais caçavam na floresta”.

Os indígenas da comunidade Diamante foram advertidos da proibição de contatar os isolados e de fornecer alimento ou outros produtos em razão do risco de contaminação dessas ações. O dirigente da FENAMAD, César Augusto Jojajé, por outro lado, questionou a inoperância do Estado na relação com os povos em isolamento voluntário: “Não há presença do Estado nesse setor. Queremos que as autoridades assumam sua responsabilidade e implementem o plano que estabelece, entre outros, a integridade territorial do povo Mashco Piro”.

Agências turísticas que operam no Parque Nacional de Manu, na beira do Rio Madre de Dios, têm explorado a situação de isolamento dos Mashco-Piro. Há notícias recentes de avistamento de grupos Mashco Piro chamando os barcos turísticos e aparentemente pedindo coisas. Há relatos de turistas que deixaram roupas, comidas e até refrigerante e cervejas para os Mashco-Piro. Algumas agências turísticas da região até vendem “safáris humanos” de forma

CONT.



clandestina, segundo denúncia da Survival International (que fala de uma “propagação de safáris humanos” na região), oferecendo avistamentos dos Mashco-Piro a turistas como se faz com onças no Pantanal.

Entre as fotos divulgadas pela FENAMAD desses episódios, há uma jovem mulher Mashco-Piro com uma grande ferida na perna, provavelmente decorrente da doença tropical leishmaniose. Este contato com a missionária, porém, é o primeiro que se dá de uma forma tão próxima.

Nessa mesma região do Madre de Dios, em dezembro de 2011, um indígena da etnia Matsigenka, Shaco Flores, foi morto por um arqueiro Mashco-Piro numa roça onde ele deixava os Mashco-Piro colherem comida. Shaco, que falava a língua Piro e conseguia se comunicar com os Mashco-Piro, havia tentando durante mais de 25 anos convencer os Mashco-Piro a saírem de seu isolamento e deixarem para trás uma vida nômade baseada somente na caça e na coleta, sem atividade agrícola nem de pesca.

Shaco chegou a coletar algumas peças da simples cultura material Mashco-Piro, que antes de sua morte passou para o professor Alejandro Smith e hoje são salvaguardados no Museu Paraense Emílio Goeldi. Mas Shaco acabou pagando por suas boas intenções com a própria vida.

Massacre de Fitzcarraldo na Praia Mashco

Os Mashco-Piro pertencem ao grupo linguístico Arawak, considerados os índios civilizadores da Amazônia pré-colonial, que espalharam num grande território, desde o Caribe até o sul do Brasil, o cultivo de mandioca, aldeias circulares, grandes redes de troca inter-étnica e jogos com bolas de borracha.

No final do século XIX, os Mashco Piro viviam de agricultura, caça e pesca em aldeias grandes no alto Rio Manu, mas foram massacrados na “Praia Mashco” pelos operários do infame “Rei da Borracha” Carlos Fermin Fitzcarraldo em 1894. Os sobreviventes fugiram para o mato, perdendo seus cultivos e voltando para uma vida nômade de caça e coleta. Mas apesar dessa redução drástica na sua vida econômica e cultural, os Mashco-Piro mantiveram o jogo de “cabeçabol” — esporte com bola de borracha praticado por outros grupos Arawak, como os Paresí e os Enawenê-Nawê. Entre os itens coletados pelo Shaco no seu intercâmbio com os Mashco-Piro antes de morrer está incluído uma pequena bola de borracha.

Em 2005, um grupo grande de Mashco Piro voltou para essa mesma Praia Mashco para atravessar o rio Manu na seca, aparentemente fugindo para o interior do parque do Manu em decorrência de enfrentamento com grupos madeireiros no Rio de Las Piedras. Ali eles cruzaram um grupo de Matsigenka da aldeia de Tayakome. Nessa ocasião, os Mashco Piro repulsaram a tentativa de aproximação pacífica dos Matsigenka lançando uma chuva de flechas. Deixaram bem claro que não queriam qualquer tipo de contato. Um professor Matsigenka, Mauro Metaki, tirou uma foto desse momento.

Os Mashco-Piro hoje são divididos em vários grupos na região da fronteira do Peru com o

CONT.



Brasil, território próximo a populações que falam língua da família Pano, como os Xatanawa que recentemente entraram em contato com indígenas Ashaninka no alto rio Envira no Acre.

Apesar de a FUNAI ter sido criticada pela atuação perante o contato com os Xatanawa, como acusou o antropólogo Kim Hill na BBC, e do risco de serem exterminados por “despreparo da Funai”, a situação com os Mashco-Piro no lado peruano é muito mais grave. O Peru não tem um órgão do Estado, a exemplo da Funai, com profissionais experientes para intermediar essa situação precária de contato inicial e oferecer atendimento de saúde de forma apropriada. Se no Brasil a situação é crítica por falta de verbas e “vontade política”, lá a estrutura é ainda mais deficitária.

Logo após o contato com os Xatanawa – chamados pela Funai de “isolados do Xinane” – eles contraíram infecção respiratória. Mesmo com dificuldades orçamentárias e burocráticas para montar uma equipe especial para o contato, a FUNAI conseguiu lidar com a situação junto da SESAI, do Ministério da Saúde, em equipe composta por sertanistas, como o chefe da Frente de Proteção Etnoambiental Guilherme Dalto Siviero, o experiente sertanista José Carlos Meirelles, e o médico Douglas Rodrigues, do departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Dr. Rodrigues foi aluno de Roberto Baruzzi, pioneiro na medicina preventiva com povos indígenas desde que começou a trabalhar com Orlando Villas Bôas, no Parque Indígena do Xingu, em 1965, através do Programa Xingu, que ele criou na Unifesp.

Não há, no Peru, estrutura semelhante tanto à FUNAI, quando à Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente contato – uma especialidade da Fundação criada por sertanistas em 1987. Apenas após a crise que o governo peruano prometeu agir em parceria com as organizações indígenas locais. Já no Brasil, todo relacionamento com povos indígenas considerados em “isolamento” ou em “recente contato” são exclusivos do Estado brasileiro, especificamente pela Coordenação Geral de Índios Isolados.

Desde o início dos anos 1990, é vedado o trabalho de missões evangélicas nos contatos. Foi nesse momento que, durante a presidência do órgão pelo sertanista Sydney Possuelo, a New Tribes Mission foi expulsa do trabalho com o povo Zoé, acusada de ter espalhado uma epidemia de gripe e de malária que teria matado 30% dos Zoé.

Há mais de dez anos a Funai procura uma interlocução no Estado peruano para lidar com a situação precária na fronteira, desde o tema de narcotráfico e madeireiros ilegais até a situação de índios isolados. Sempre o diálogo foi limitado pela pouca atenção dispensada aos problemas sociais, ainda que estes dois países tenham se unido com muito mais eficiência para construir a estrada Interoceânica e avancem rapidamente em projetos conjuntos de construção de hidrelétricas e prospecção de petróleo e gás. Seria fundamental que os dois países avançassem em ações efetivas e emergenciais para a proteção e garantia de direitos dos povos isolados e seus territórios.

Em 2008, a missão Jocum (“Jovens com uma Missão”, Youth With A Mission, no original) foi expulsa do trabalho com os Suruaha, acusada de uma série de crimes e de irregularidades pelo

CONT.



Ministério Público Federal no Amazonas (leia aqui as denúncias que levaram a expulsão da Jocum, publicadas na CartaCapital).

No Peru, a missão, também norte-americana, Pioneer, vem há anos tentando o contato com os Mashco-Piro, financiando, para isso, o trabalho de missionários entre os povos indígenas com contato estabelecido. Essa é uma estratégia semelhante à praticada pela New Tribes Mission no Brasil, financiando, no Vale do Javari, indígenas Kanamari para que entrem em contato com Korubo em isolamento, ou então com os Wai-Wai e Tirió, na Calha Norte, para que tentem se aproximar e evangelizarem os Zoé.

No início do século, Euclides da Cunha tomou conhecimento de um massacre coordenado por Fitzcarrald contra os Mashco. Era uma tentativa de "contato". Há razões de sobras para os Mashco preferirem a distância da sociedade que os cerca, mesmo que sejam indígenas aparentados do povo Piro, conforme escreveu Cunha:

"Quando Carlos Fiscarrald chegou em 1892 às cabeceiras do Madre-de-Dios, vindo do Ucaiali pelo varadouro aberto no istmo que lhe conserva o nome, procurou captar do melhor modo os mashcos indomáveis que as senhoreavam. Trazia entre os piros que conquistara um intérprete inteligente e leal. Conseguiu sem dificuldades ver e conversar o curaca selvagem. A conferencia foi rápida e curiosíssima.

"O notável explorador depois de apresentar ao "infiel" os recursos que trazia e o seu pequeno exército, onde se misturavam as fisionomias díspares das tribos que subjugara, tentou demonstrar-lhe as vantagens da aliança que lhe oferecia contrapostas aos inconvenientes de uma luta desastrosa. Por única resposta o mashco perguntou-lhe pelas flechas que trazia. E Fiscarrald entregou-lhe, sorrindo, uma cápsula de Winchester.

"O selvagem examina-a, longo tempo, absorto entre a pequenez do projétil. Procurou, debalde, ferir-se, roçando rijamente a bala contra o peito. Não o conseguindo, tomou uma de suas flechas; cravou-a de golpe no outro braço, varando-o. Sorriu, por sua vez, indiferente à dor, contemplando com orgulho o seu próprio sangue que esguichava... e sem dizer palavra deu as costas ao sertanista surpreendido, voltando para o seu tolderio com a ilusão de uma superioridade que a breve trecho seria inteiramente desfeita. De fato, meio hora depois, cerca de cem mashcos, inclusive o chefe recalcitrante e ingênuo, jaziam trucidados sobre a margem, cujo nome, Playamashcos, ainda hoje relembra este sanguinolento episódio."



Após morte de 4 índios na fronteira, AC vai pedir ajuda do governo federal

SITIO G1, 10.09.2014

Governo quer auxílio das Forças Armadas na fronteira com o Peru. Líderes indígenas peruanos foram assassinados dia 1º deste mês.

Veriana Ribeiro Do G1 AC

A morte de quatro líderes indígenas peruanos, do povo Ashaninka, na região de fronteira com o Acre fez com que o governo estadual solicitasse ajuda ao governo federal para garantir a segurança na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia, localizada no lado brasileiro, em Marechal Thaumaturgo (AC), a 559 km de Rio Branco.

O governo do Acre informou que uma equipe da Polícia Federal já foi encaminhada para a aldeia e espera confirmar algumas informações para solicitar auxílio das Forças Armadas e demais órgãos federais. O assessor de Assuntos Indígenas do Acre, Zezinho Kashinawa, disse que o governo estadual vai notificar o Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores.

"A comunidade pede maior segurança, o governador vai entrar em contato com o Ministério da Justiça para enviar as Forças Armadas. O Francisco Pyãnko [líder indígena] foi enviado para a aldeia, para fazer uma reunião com a comunidades e entender melhor o fato acontecido", disse.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) informou ao G1 que tomou conhecimento das mortes no último domingo (7) e o órgão está em campo com representantes da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Consulado do Peru para apurar as denúncias das mortes e reforçar a segurança na aldeia. Procurados pelo G1, a Polícia Federal disse que não iria se pronunciar sobre o assunto.

Entenda o caso

Edwin Chota Valera, Leôncio Quinticima Melendez, Jorge Rios Perez e Francisco Pinedo, membros da Comunidade Nativa Alto Tamaya – Saweto, foram mortos no dia 1º de setembro, na fronteira com o Peru, quando se deslocavam pela floresta em direção à aldeia Apiwtxa, na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia, localizada no lado brasileiro, em Marechal Thaumaturgo (AC), a 559 km de Rio Branco.

Apesar de a morte ter ocorrido no último dia primeiro, apenas no domingo (7) os indígenas brasileiros ficaram sabendo na notícia e notificaram os órgãos responsáveis. A suspeita, segundo ele, é que os indígenas tenham sido mortos por madeireiros e narcotraficantes da região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), organização não governamental acreana, emitiu uma nota de pesar na segunda-feira (8) sobre os assassinatos e reforçou que existe uma 'sensação de insegurança' das comunidades de fronteira devido à mobilização das lideranças para impedir a investida de 'grupos criminosos' sobre os territórios.



Tocantins conta com Xerentes no elenco para vencer no estadual sub-19

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 10.09.2014

Técnico diz que os índios são atletas diferenciados: "cometem poucas faltas e são honestos quando erram contra o adversário"

Somni (toca), Aiwanã (corre), essas duas palavras são pronunciadas em campo pelos atletas indígenas que atuam no time sub-19 do Tocantins, mas essa comunicação só é utilizada quando Gustavo Kanokrâ (18), Moisés Wakake (17) e Nivaldo Samikwa (18) se aproximam um do outro em campo, caso contrário é o português que prevalece.

Ao todo são cinco índios da Aldeia Xerente na equipe, mas no treino dessa terça-feira (9), só estavam presentes três, os outros dois não puderam comparecer. Romilton Rhwiê pode ser o sexto Xerente a fazer parte elenco, o jovem está em observação pela comissão técnica.

O técnico do Souza (à direita) e o intérprete Silvino Sirnawe (à esquerda) ajudam os garotos indígenas na comunicação (Foto: Edson Reis/GloboEsporte.com) O técnico Souza (à direita) e o intérprete Silvino Sirnawe (à esquerda) ajudam os garotos indígenas no time (Foto: Edson Reis/GloboEsporte.com)

Os atletas que atuam no time sub-19 do Tocantins são promovidos da Seleção Indígena de Tocantínia, pelo técnico Dorival de Souza Wazase. Souza comanda a seleção em competições culturais e no Tocantinense Sub-19 é treinador do time de Miracema.

- É treinando a seleção que eu percebi que tem garotos com talento e potencial de disputarem um campeonato profissional. Esses atletas são diferenciados, quase não cometem faltas e sempre que erram contra o adversário eles admitem. Os garotos são honestos em campo - comentou o técnico.

Kanokrâ é atacante, joga com a camisa 11, é tem sido um dos destaques da equipe. O futebol para o jovem é tudo e o atacante confessa que não viveria sem o esporte.

- Mais moço, eu gosto demais disso. É minha vida! Não me imagino fora de campo - argumentou o jovem indígena emocionado.

Tocantins sub-19 se prepara para a próxima partida do estadual quando recebe o Colinas (Foto: Edson Reis/GloboEsporte.com) Tocantins sub-19 se prepara para a próxima partida do estadual quando recebe o Colinas (Foto: Edson Reis/GloboEsporte.com)

O garoto pronuncia bem o português e disse se entender com os demais companheiros em campo. Quem não fala bem e tem dificuldades para entender o nosso idioma é Rhwiê, durante a reportagem para o GloboEsporte.com, tivemos que pedir ajuda ao diretor de esportes, Antônio Luiz. Segundo o diretor, o jovem tentava explicar que estava em observação para fazer parte do elenco.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

O clube conta com o intérprete Silvino Sirnawe, ele é responsável por repassar os recados do técnico em campo. Alguns jogadores ainda não compreendem muito bem o português.

- Alguns termos [do português] eles têm dificuldades para entender, é aí que eu entro para repassar o recado do técnico. Mas eles já estão bem adaptados ao português, é uma coisa ou outra mesmo. Temos agora o Rhwiê que num está muito familiar com o idioma - disse.

Em três partidas disputas neste Tocantinense Sub-19, o Tocantins venceu uma e perdeu outras duas. No próximo sábado (13), o Tocantins recebe o Colinas, às 15:45, em Miracema.

* Edson Reis, estagiário, sob supervisão de Marcos Martins



Corrida de fundo marca o último dia dos IV Jogos Tradicionais Indígenas em Marudá
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 10.09.2014

O último dia dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará começou com a corrida de fundo. Mais de cem atletas, homens e mulheres, percorreram cinco mil metros até a orla de Marudá. No feminino, a atleta Munduruku chegou em primeiro lugar, seguida de duas representantes dos Tembé. Na categoria masculina, Cujkacw Kiykatejê, venceu com folga. O atleta chegou a brincar, cruzando a linha de chegada de costas. Em seguida, Marlinho e Carlos Telé Tembé se classificaram nos segundo e terceiro lugares, respectivamente.

O percurso começou na entrada da praia de Crispim, Km 5 da rodovia PA-318. Desde as 7h30, os inscritos, com idades entre 14 e 45 anos, começaram a chegar. "Orientamos os atletas a se alimentarem cedo e com refeições leves", informou o professor Jorinan de Sena, da Coordenação de Educação Indígena da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), que orientava o alongamento dos atletas, pouco antes da largada.

A primeira largada foi a das mulheres. Antes da metade do percurso, Edvânia Kaba Munduruku, de 16 anos, já estava na frente. Elinete Tembé, 15, que se classificou em segundo lugar, ainda chegou a ultrapassar Edvânia por alguns minutos, mas a Munduruku rapidamente reassumiu a liderança e se manteve assim até a linha de chegada. Em terceiro chegou Maria Edna Tembé.

Edvânia não fala português e esta é a primeira vez que ela sai da aldeia. Foi também sua primeira experiência em corridas. Na chegada, ela precisou ser amparada por homens do Corpo de Bombeiros que já aguardavam as equipes. Chegou a desmaiar, mas foi reanimada pelos paramédicos.

Homens - Já Cujkacw Kiykatejê, de apenas 17 anos, também capitão do time de futebol que venceu os Jogos Tradicionais, chegou tranquilo à vitória. Correndo de costas para mostrar que os demais participantes ainda estavam muito longe, ele foi euforicamente recebido por seus 'parentes', que o cercaram com cantos e danças.

Cujkacw ajoelhou-se na orla de Marudá, diante da maré cheia e, apontando para o céu, fez uma oração. "Eu fui agradecer a Deus porque na final do futebol machuquei o tornozelo e tive pouco tempo para me recuperar. E se Deus me conduziu até essa vitória eu tenho mais é que agradecer", disse o campeão. Seguindo o costume do povo Kiykatejê, Cujkacw enrolou uma palmeira para que seus parentes batessem em suas panturrilhas e costas. "É para passar o cansaço", explicou.

São Silvestre - Entre os participantes da corrida de fundos, estava o estudante universitário Tiapé Aikewara, 31 anos, corredor profissional desde os 17 anos que já participou várias vezes da Corrida do Círio, em Belém, e em 2007 sagrou-se campeão na minimaratona de Marabá, organizada anualmente pelo povo Gavião Parkatejê, num percurso de 22 quilômetros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

Tiape lamentou não ter tido tempo para se preparar para a corrida desta quarta-feira. "Atualmente, estou me dividindo entre as atividades do curso de Licenciatura Intercultural Indígena que estou fazendo pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e as funções como diretor da escola Sawarapi, que fica dentro da minha aldeia. Por isso, não estou tendo muito tempo para treinar", explicou.

Tiape confessou que seu maior sonho é participar da corrida de São Silvestre, que reúne corredores do mundo inteiro. "Estou tentando já há algum tempo. Mas tem sido complicado bancar a viagem para São Paulo. É bem caro", disse o Aikewara. De acordo com Carlos Terena, o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena já está buscando patrocínio para levar o atleta de sua aldeia, em São Domingos do Capim (PA), até São Paulo, para que participe da São Silvestre.

Dedé Mesquita
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer



Economia criativa e arte indígena são temas de exposição

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 10.09.2014

No próximo dia 17, às 19h, a varanda do IAP sedia a abertura da exposição "Barro, Madeira e Palha - O artesanato indígena e a Economia Criativa". Realizada em parceria com a Fundação Ipiranga, a mostra tem por objetivo expor a produção artesanal das etnias Assurini do Xingu, Arawaté e Parakanã. As peças da exposição fazem parte do acervo da Fundação Ipiranga, que por meio da Associação Assurini Awaeté, mantém a loja Koisas de Índio, localizada no Mercado de Carnes Francisco Bolonha, no complexo do Ver-o-Peso.

O projeto da Fundação contribui para a valorização da cultura indígena, potencializa as possibilidades de uso da produção artesanal e incentiva a divulgação e circulação dos trabalhos das etnias envolvidas. A abertura da exposição será marcada pela fala da presidente da Fundação Ipiranga, Suely Menezes, e pela apresentação do músico Salomão Habib, um dos grandes pesquisadores da música regional paraense. A visitação segue até o dia 30 de setembro, de segunda à sexta, das 8h às 17h. Entrada gratuita.



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

Lideranças indígenas de seis etnias do Xingu ocupam sede da FUNAI em Altamira, no sudoeste do Pará

SÍTIO CBN, 10.09.2014

Iniciativa é protesto contra a falta de estrutura para atender os índios que vem das aldeias para a cidade. A principal reivindicação é a entrega da nova casa do Índio.

A obra, segundo os manifestantes, deve ser entregue pela Norte Energia, responsável pela Usina de Belo Monte. A empresa disse que a Casa do Índio já está pronta, e depende de procedimento administrativo da Funai para ser entregue.



Justiça adia julgamento sobre demarcação de terras indígenas em MS

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 10.09.2014

A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) deixou para concluir na próxima semana, o julgamento sobre a demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. O proprietário rural Avelino Antonio Donatti, entrou com pedido de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 29087, para que sua fazenda não seja declarada como sendo de posse imemorial (permanente) da etnia guarani-kaiová, integrando a Terra Indígena Guyraroká, em Caarapó, município localizado a 383 quilômetros de Campo Grande.

No julgamento realizado ontem, em voto-vista, a ministra Cármen Lúcia manifestou-se pelo provimento do recurso, seguindo a divergência aberta pelo ministro Gilmar Mendes na sessão de 24/6/2014, que pediu o provimento ao recurso interposto pelo proprietário rural.

O relator, ministro Ricardo Lewandowski, votou pelo desprovimento do recurso, por entender que o mandado de segurança não é o instrumento judicial adequado para discutir tal questão. Com a votação em 2 a 1, impedido o ministro Teori Zavascki, a Turma decidiu concluir o julgamento na próxima sessão, para então voto do ministro Celso de Mello.

Salvaguardas - Segundo a ministra, o voto divergente do ministro Gilmar Mendes "é mais consentâneo" com as salvaguardas fixadas pelo Plenário do STF no julgamento da PET 3388, que tratou da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Naquela ocasião, ficou decidido que o marco temporal da ocupação indígena seria a data da promulgação da Constituição Federal de 1988, em 5/10 daquele ano.

A ministra ressaltou que não há controvérsia quanto à inexistência de índios na região naquela data, conforme atesta o laudo antropológico que subsidiou o processo administrativo que resultou na demarcação da Terra Guyraroká, transcrito nos autos.

"O laudo afasta quaisquer dúvidas sobre a anterior ocupação indígena na região onde está o imóvel, adquirido em agosto de 1988", afirmou a ministra. "Há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na região".

Impasse - A ministra Cármen Lúcia manifestou, no início de seu voto, seu "desassossego" diante da dificuldade de uma solução judicial que atenda igualmente aos anseios da comunidade indígena, "há muito desapossada de suas terras, muitas vezes agravada em seus direitos fundamentais e na dignidade da pessoa humana", mas também do produtor rural, "que, confiando na validade de título de domínio outorgado pelo próprio poder público, se vê ameaçado no que considera seu direito". O equacionamento do problema, segundo ela, deve-se fundamentar "na garantia das relações sociais e na confiança que todos devem ter nos atos estatais".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

Para a ministra, o reconhecimento da tradicionalidade da ocupação indígena, neste caso, apenas pela posse imemorial instauraria “um grave caso de insegurança jurídica a desestabilizar a harmonia que hoje gozam cidadãos até mesmo em centros urbanos que, em tempos remotos, foram ocupados por comunidades indígenas”.



MPF diz que transferência da saúde indígena ao setor privado é inconstitucional

SÍTIO DOURADOS AGORA, 10.09.2014

Para os integrantes do Ministério Público que compõem o GT, o instituto "não cumpre as promessas que ele anuncia", entre elas a garantia de carga horária diferenciada, uma vez que os trabalhadores seriam submetidos ao regime geral da CLT

O Grupo de Trabalho Saúde Indígena, ligado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Povos indígenas e Comunidades Tradicionais) do Ministério Público Federal (MPF), entende que o modelo de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi) é contrário ao que diz a Constituição Federal.

Por meio de nota, divulgada nesta terça-feira, 9 de setembro, os procuradores argumentam que a criação do Insi, nos moldes em que está sendo discutido, vai na contramão dos princípios constitucionais porque transfere a execução da saúde indígena do Sistema Único de Saúde (SUS) para pessoa jurídica de direito privado, que não faz parte da administração pública. Pela atual Constituição, a saúde pública é obrigação do poder público, por meio do SUS, sendo o papel da iniciativa privada meramente complementar.

Nesse sentido, o modelo de serviço social autônomo não está sujeito à jurisdição da Justiça Federal e, portanto, "o Ministério Público Federal deixaria de ter atribuição para fiscalizar a aplicação desses recursos e, em consequência, a boa e regular gestão da saúde indígena", alertam os membros do MPF.

O grupo considera, ainda, que o controle social da saúde indígena seria prejudicado por falta de representatividade, já que apenas três membros do conselho deliberativo do Insi, de um total de treze, seriam indicados pelas organizações indígenas. Além disso, a proposta de criação do instituto não foi apresentada na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em dezembro de 2013.

Sem garantias

Para os integrantes do Ministério Público que compõem o GT, o instituto "não cumpre as promessas que ele anuncia", entre elas a garantia de carga horária diferenciada, uma vez que os trabalhadores seriam submetidos ao regime geral da CLT, que não prevê especificidade alguma para a prestação de serviços de saúde indígena. O projeto também não assegura a manutenção dos atuais trabalhadores em seus cargos de trabalho.

O grupo conclui que "as informações que chegaram aos representantes indígenas nos Conselhos Distritais de Saúde Indígena não atendem aos critérios da Convenção 169 da OIT, para a realização de consulta livre, prévia e informada, pois são omitidos dados relevantes pertinentes tanto à criação do Insi quanto ao concurso público.



Índios ocupam Funai de Altamira

SÍTIO O XINGU, 10.09.2014

Lideranças indígenas de seis etnias do Xingu ocuparam a sede da FUNAI em Altamira, no sudoeste do Pará, na manhã desta quarta-feira (10). A ocupação é um protesto contra a falta de estrutura para atender os índios que vem das aldeias para a cidade. A principal reivindicação é a entrega da nova casa do Índio, uma obra que, segundo os manifestantes, deve ser entregue pela empresa Norte Energia, responsável pela Usina de Belo Monte.

O protesto reúne lideranças de 24 aldeias do Xingu, que representam as etnias Xipaia, Curuaia, Parakanã, Xickrin, Araweté e Assurini. De acordo com os manifestantes, cerca de 50 índios ficam alojados, de forma improvisada, na sede da FUNAI e nas instalações do Campus da Universidade Federal em Altamira todas as semanas. A maioria destes indígenas é composta por crianças, mulheres e idosos, que ficam em redes amarradas nos corredores da Universidade.

Os líderes entregaram um documento com as reivindicações ao Procurador da FUNAI em Altamira. A pauta também foi encaminhada à Fundação em Brasília, ao Ministério da Justiça e à casa de governo.



Ministério da Saúde quer aprimorar Casas de Apoio à Saúde Indígena

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 10.09.2014

Além de atendimento e acompanhamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena nas aldeias, os povos indígenas contam também com as Casais, Casas de Apoio à Saúde Indígena.

Atualmente no Brasil existem cerca de 66 Casais, localizadas em municípios de referência dos distritos indígenas distribuídas em todo o país. Essas casas oferecem cuidados de saúde como: alojamento e alimentação para pacientes e acompanhantes, marcação de consultas, exames e internações hospitalares. O secretário especial de saúde indígena, do Ministério da Saúde, Antônio Alves, explica que quando o problema de saúde não é resolvido nas aldeias, o indígena é encaminhado para as Casais.

"Quando a nossa equipe encontra um indígena com uma doença, que essa equipe não consegue resolver lá na aldeia, com os medicamentos que nós temos, com os equipamentos que nós temos da atenção básica. Nós então transportamos esse indígena da aldeia para o município mais próximo, onde tem o tratamento para ele. Nesse local é onde fica a Casai. É uma casa de saúde indígena que tem cuidados de enfermagem. Por exemplo, O indígena jovem teve uma crise de apendicite, vem para a cidade, o levamos para o hospital, ele opera. Geralmente uma apendicite, um caso simples não complicado, 24 horas depois ele tem alta. Só que a retirada dos pontos são dez dias depois. Então ele fica nessa Casai, tendo o cuidado de enfermagem. Retirou os pontos, está totalmente recuperado, nós devolvemos para a aldeia".

O Presidente e coordenador do CONDISI, Conselho Distrital de Saúde Indígena, Gabriel Tapeba, afirma que as Casais, Casas de Apoio à Saúde Indígena são fundamentais no fornecimento qualificado do serviço de saúde indígena.

"Que ele venha dar um avanço maior. Eles recebem esses pacientes que vem da aldeia encaminha e retorna ele de novo para a aldeia. O nosso paciente indígena não fica solto dentro da cidade, ele tem uma referência que são as Casais. Então para a gente é muito importante sim, a criação e aprovação do Instituto Nacional de Saúde Indígena".

As Casais, Casas de Apoio à Saúde Indígena devem ser ampliadas em todo o Brasil com a proposta recente do Ministério da Saúde de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena. A ideia do instituto é agilizar os processos administrativos e as contratações de profissionais. A iniciativa faz parte Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas definida pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde. Para saber mais: www.saude.gov.br

Fonte: Agência do Rádio



Prefeitura do Prado entrega sementes nas aldeias Indígenas de Cumuruxatiba
SÍTIO PORTAL SBN, 10.09.2014

A Prefeitura de Prado realizou a entrega das sementes na aldeia Indígena de Cumuruxatiba. A ação é uma parceria com EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário) e FUNAI .

Segundo o Secretário de Desenvolvimento Social, Jesseilton de Almeida, todo serão distribuídas 4.450 kg de sementes, sendo 1.000 kg de feijão, 3.450 kg de milho, beneficiando todas as famílias Indígenas residentes nas aldeias do município. As próximas entregas serão distribuídas nas aldeias do Corumbauzinho.

A Prefeita Mayra Brito disse que aquisição dessas sementes foi possível graças ao esforço em conjunto entre a FUNAI e a EBDA, que através da secretaria de desenvolvimento social e do Cras Indígena realiza a logística para entregar nas comunidades indígenas do Município.

A equipe do Cras Indígena é composta por uma coordenadora, Neila Gomes; duas assistentes sociais Elma e Caline; psicóloga, Rosineide; agente administrativo, orientadores sociais e educador social.



I Encontro Esportivo e Cultural Indígena na Universidade ocorre neste sábado
SÍTIO UFRGS, 10.09.2014

UFRGS cria atividade esportiva e cultural para registrar e tornar mais popular a cultura indígena

No próximo sábado, dia 13, a UFRGS recebe comunidades indígenas Kaingang e Guarani para o I Encontro Esportivo e Cultural Indígena na Universidade: um resgate histórico ao alcance dos não indígenas. Iniciativa da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e da Coordenadoria de Ações Afirmativas, a atividade será uma oportunidade para a troca de experiências entre indígenas e não indígenas através de oficinas e prática desportiva.

O encontro será realizado no campus olímpico (Rua Felizardo, 750), das 9h às 17h30. Seu principal objetivo é divulgar o conhecimento tradicional indígena, como jogos, pinturas e danças, bem como demonstrar e divulgar a existência de indígenas acadêmicos na universidade que, para muitos, é desconhecida. A ideia surge da importância de registrar a cultura indígena, tornando-a mais popular na universidade e também na comunidade em geral, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e vivências.

Práticas esportivas como arco e flecha, cabo de força, corrida de milho e lutas corporais (programação completa), serão ministradas pelos indígenas. No meio da tarde, às 15h30min, haverá um amistoso entre a Seleção Indígena da Lomba do Pinheiro e a Seleção da UFRGS. As inscrições podem ser feitas presencialmente na PRAE (Prédio 12105, Av. Paulo Gama, 110 – Campus Centro) ou na CAF (2º Andar da Reitoria) ou, ainda, pelo site ou pelo Perfil no Facebook. É recomendado que os participantes usem trajes apropriados à prática desportiva.



Brasil-eleições2014: Povos Indígenas querem representantes no Parlamento

SÍTIO KAOS EN LA RED, 11.09.2014

Mobilização em Roraima, São Paulo, Mato Grosso do Sul busca levar um indígena ao Congresso depois de 28 anos sem um representante. História

História

"O Rio de Janeiro só elegeu índios, cantores e locutores de rádio", bradava, em abril de 1983, o general João Baptista Figueiredo, último ditador, ao repetir a velha crítica de que o brasileiro "votava mal" e não estava "preparado" para as eleições diretas.

Naquele ano, o cacique xavante Mário Juruna tomara posse como deputado federal pelo PDT fluminense. Desde quando Juruna, ridicularizado pelo governo e pela mídia, deixou o Congresso, no fim de 1986, nunca mais o Brasil teve um índio no Parlamento.

Talvez a história mude neste ano. Em março, reunidos em assembleia na reserva de Raposa Serra do Sol, em Roraima, os tuxaua (caciques) das diversas etnias da região (macuxi, wapichana, taurepang, ingarikó, wai-wai, ianomâmi, patamona, saporá e yekuana) deram a ordem: índio vota em índio. A estratégia é eleger dois representantes: um deputado federal e um estadual. "Os políticos dizem representar a população de Roraima, mas só representam os povos não índios", critica Aldenir Wapichana, candidato à Câmara Federal pelo PT.

O outro indígena em campanha ungido pelos caciques, Mário Nicácio Wapichana, sairá a deputado estadual pelo PCdoB. Com 49,6 mil moradores que se declaram indígenas entre os seus 450 mil habitantes, de acordo com o último Censo do IBGE, Roraima é proporcionalmente o estado com a maior população indígena no País.

Na última eleição, um candidato indígena, Eliésio Cavalcante (PT), virou prefeito em Uiramutã. Para conseguir uma vaga na Câmara Federal, é preciso, porém, que Aldenir Wapichana obtenha ao menos 14 mil de um total estimado de 22 mil eleitores indígenas. A maior dificuldade, diz, é conseguir chegar às comunidades para fazer campanha. "Às vezes não tem carro, às vezes falta combustível."

As eleições deste ano são as primeiras em que se disponibilizou o perfil étnico dos candidatos, e assim se constata a absoluta maioria de brancos em busca de um cargo público, em proporção superior à da população. Segundo os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral, dos 25.366 inscritos para concorrer aos cargos de presidente e vice, governador e vice-governador, senador, suplentes e deputados federais e estaduais, 13.958 (ou 55,03%) declararam-se brancos. Os negros somam 9,24%, os amarelos 0,46% e os índios, 0,32%.

Roraima tem apenas 1,1% de candidatos indígenas ante 37,83% de brancos. De qualquer

CONT.



forma, esta parece ser a eleição com um maior número de índios candidatos desde a volta das eleições livres. Ao todo, dos 79 candidatos autodeclarados indígenas, 29 concorrem a vagas no Congresso. Até mesmo São Paulo possui um, Kaká Werá, que disputa um posto no Senado pelo PV.

Há uma tentativa de se criar cotas para indígenas no Congresso por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e prestes a ser apreciada pelo plenário da Câmara. A PEC cria quatro vagas de deputados federais a serem preenchidas exclusivamente por índios. "No nosso sistema político, com a prevalência do poder econômico e de regras como o cociente eleitoral, eles jamais terão condição de vir ao Congresso como representantes eleitos", afirma o deputado petista Nilmário Miranda, autor da proposta.

Os índios decidiram, no entanto, não esperar e resolveram desafiar por conta própria o vaticínio. "Não acho que os índios deixaram de se candidatar ao Congresso por desinteresse. Eles nunca tiveram no foco da tensão como agora e nunca estiveram tão organizados", opina o antropólogo Henyo Barretto Filho, diretor do Instituto Internacional de Educação do Brasil.

"Mário Juruna foi eleito pelo Rio de Janeiro e fundamentalmente por causa do apoio do PDT de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Hoje nenhum dos candidatos indígenas goza de forte apoio partidário, mas, por outro lado, contam com os votos dos próprios índios e de brancos que entenderam que esta causa não é só dos índios", aposta.

O perfil dos candidatos se diferencia do pioneiro Juruna. Enquanto ele mal sabia se comunicar em português, Aldenir Wapichana possui o ensino médio completo e se especializou em redes sociais. O cacique guarani-caiova Ládio Veron, candidato a deputado federal pelo PSOL de Mato Grosso do Sul, estudou História na Universidade Federal da Grande Dourados. Mas a principal diferença, concordam, é o apoio que passaram a ter. "Juruna trabalhava muito só. Hoje a gente tem aliados", diz Veron.

A possibilidade de ter um novo ou novos Jurunas no Congresso, à primeira vista, aponta para a possibilidade de eles servirem como contraponto ao forte lobby ruralista. Mas os candidatos surpreendentemente não elegem o setor como seu principal adversário. O alvo é o governo petista.

"O PT decepcionou os índios", critica Veron. "Esperávamos muito porque a promessa era grande." Os guarani-caiova sofreram diversos ataques de fazendeiros durante o governo Dilma Rousseff – o próprio Veron foi ameaçado de morte –, mas a presidenta só recebeu representantes das etnias após os protestos de junho de 2013. Até o petista Aldenir Wapichana tem críticas. "O governo ficou um pouco a desejar, faltou conversa." Se reeleita, Dilma que se cuide, as flechas partirão na direção do Palácio do Planalto. E se a estratégia indígena der certo, virão de bem perto.

*Reportagem publicada originalmente na edição 815 de CartaCapital, com título "Na grande taba"



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

Índio é assassinado a pauladas em Dourados

SÍTIO RONDA DO MS, 11.09.2014

Um rapaz foi assassinado no final da tarde quarta-feira, na Aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados, próximo ao limite de município com Itaporã.

Segundo a denúncia que chegou à polícia, o rapaz foi morto a pauladas.

Informações preliminares, dadas por parte de lideranças indígenas, dão conta de que a vítima seria um adolescente de 14 anos conhecido como Adilson de Oliveira.



Brasil contesta críticas da ONU sobre aumento de índios presos

SÍTIO BBC BRASIL, 11.09.2014

Segundo relatório, número aumentou 33%; governo rebate dados e cita legislação 'protetora' especial para índios

O Brasil contestou críticas da ONU sobre o forte aumento do número de índios presos no país. As críticas foram feitas em um relatório sobre o Brasil apresentado em um encontro no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, que discute o problema da detenção arbitrária no mundo.

Índios resistem a sair de fazendas em Mato Grosso do Sul

O documento aponta para problemas como a superlotação dos presídios brasileiros, o "uso excessivo" da privação de liberdade como punição, mesmo em crimes sem violência, além do elevado número de pessoas detidas sem terem sido julgadas.

Índios fazem expedição para expulsar madeireiros de território indígena

De acordo com os autores, um grupo de trabalho da ONU que visitou prisões brasileiras no ano passado, o número de índios detidos no Brasil cresceu 33% nos últimos anos.

"Os índios são frequentemente discriminados, seja com a aplicação de medidas preventivas ou com a punição imposta, que geralmente envolve penas severas", declarou Mads Andenas, presidente e relator do grupo de trabalho sobre detenção arbitrária.

Apesar dos números alarmantes de violência contra indígenas no MS, o governo Dilma ainda não fez homologação de demarcações no Estado. Foto: Ibama

A delegação brasileira que participou da reunião, realizada no âmbito da 27ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, declarou que "é incorreto dizer que o número de índios presos aumentou 33% em um passado recente".

Citando dados do Ministério da Justiça, a embaixadora do Brasil nas ONU em Genebra, Regina Dunlop, disse que "o número de índios presos aumentou apenas 13% entre 2010 e 2012".

"Se for levada em conta a população total do Brasil, os índios presos representam apenas 0,16%. Há uma legislação penal especial para os índios que concede um regime diferenciado e protetor", argumentou Dunlop.

Foi a primeira vez que o Brasil se pronunciou sobre as conclusões do grupo de trabalho da ONU sobre detenção arbitrária.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

O relatório da ONU já havia sido divulgado, mas foi oficialmente apresentado para debates na 27ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, iniciada na quarta-feira.

Privação de liberdade

Os especialistas visitaram, em março de 2013, prisões em Brasília, Campo Grande, Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo, antes de crises como a do presídio de Pedrinhas, no Maranhão, que não consta do documento.

"O Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do mundo, com mais de 550 mil pessoas. O que é mais preocupante é o fato de que 217 mil presos aguardam julgamento cumprindo prisão preventiva", afirmou o presidente do grupo de trabalho.



Corpos de indígenas assassinados continuam na fronteira com Peru

SÍTIO TERRA, 11.09.2014

Os corpos de quatro líderes indígenas ashaninka da Comunidade Nativa Alto Tamaya–Saweto, no Peru, assassinados a balas há mais de uma semana, em território peruano, quando se deslocavam para participar de uma reunião na aldeia Apiwtxa do Rio Amônia, no lado brasileiro, para definir estratégias contra a ação madeireiros e narcotraficantes que atuam na fronteira dos dois países, ainda não foram resgatados pelo governo peruano.

Helicópteros usados pelos peruanos na tentativa de resgatar os corpos de Edwin Chota Valera, Jorge Ríos Pérez, Leoncio Quinticima Melendez e Francisco Pinedo não conseguiram pousar nesta quarta-feira (10) no local dos crimes por causa das condições do tempo. Existe a possibilidade de que os ashaninka decidam resgatar os corpos de seus parentes.

Consultado pela reportagem, o cônsul peruano em Rio Branco (AC), Sandro Baldarrago, disse que os pilotos dos helicópteros esperam que o tempo melhore para que possam fazer nova tentativa de pouso na região.

- Essa zona é complexa, pois existe exploração ilegal de madeira e a presença de narcotraficantes. Mas nossas autoridades não abandonaram os corpos dos indígenas. Elas estão fazendo, a pedido do presidente de nosso país, tudo o que é possível para que os delinquentes sejam identificados e punidos pela Justiça. Nosso presidente também determinou que seja prestada assistência aos familiares das vítimas – acrescentou Baldarrago.

Nesta quarta, um grupo de 16 ashaninka da aldeia Apiwtxa do Rio Amônia se deslocou até a aldeia Saweto. De acordo com o relato do grupo, que saiu às 9h e retornou às 20h, os ashaninka foram assassinados em território peruano a uma hora e meia de caminhada da linha de fronteira, em um local de descanso, próximo da aldeia Apiwtxa.

Os indígenas encontraram ossos de várias partes do corpo (como arcada dentária, crânio, fêmur, entre outros) de um dos líderes assassinados, como também óculos e outros pertences das vítimas, havendo vestígios de que os corpos das outras vítimas possam ter sido arrastadas ao longo do barranco do Rio Putaya.

De acordo com os membros da missão, os corpos das outras três vítimas podem ter sido levados por uma enchente do Rio Putaya, na quarta, quando choveu forte chuva na região.

Segundo os ashaninka, o corpo encontrado pode ser do líder do Jorge Pere, que parece ter sido morto com um tiro na nuca. Os irmãos da vítima, que participaram da missão e habitam a comunidade Ashaninka Apiwtxa, o reconheceram por causa da sua roupa e da bolsa com seus pertences que estava junto os ossos.

CONT.



- Também foram encontrada uma mochila do líder Chota, que também foi reconhecida pelos participantes da missão. A câmera fotográfica de Chota também foi encontrada próxima ao ocorrido e se encontra em mãos dos membros da comunidade Apiwtxa. Também foram encontradas capas de cartuchos calibre 16 que podem ter sido disparadas contra as vítimas. Os restos mortais encontrados foram somente fotografados e filmados e foram deixados no local do ocorrido – relataram os ashaninka.

Os familiares de umas das vítimas, que moram na aldeia Apiwtxa, e as lideranças da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia pedem urgentemente a providência no processo de investigação dos culpados e que os corpos sejam, após as perícias necessárias, sepultados no local do ocorrido, respeitando os rituais tradicionais do povo asheninka.

Cinco agentes da Polícia Federal e um servidor da Fundação Nacional do Índio (Funai) já estão na aldeia Apiwtxa, no município de Marechal Thaumaturgo (AC).

Os quatro indígenas ashaninka foram assassinados entre os dias 1º e 2 de setembro. Eles participariam de uma reunião com as lideranças brasileiras da mesma etnia sobre estratégias de continuidade de ações de vigilância e fiscalização da fronteira, para impedir a ação de narcotraficantes e de madeireiras, que exploram ilegalmente a região.



Indígenas entram em consenso e elegem novo vice-cacique na Reserva em Charrua
SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 11.09.2014

Reunião aconteceu na tarde de quarta-feira.

Representantes de dois grupos indígenas da Reserva Ligeiro, do município de Charrua, que tem cerca de dois mil indígenas no total, estiveram na sede da Polícia Federal, em Passo Fundo, na tarde de quarta-feira, 10, onde se reuniram com o delegado Mário Vieira e com o delegado chefe, Mauro Vinícius de Moraes. Um dos grupos era representado pelo indígena Valdir Palhano e o outro pelo cacique Vilásio Candinho, que foi eleito há três anos e meio e tem ainda cinco meses de mandato.

De acordo com as informações fornecidas pelo delegado Mário, para que todos saíssem satisfeitos, ficou definido que uma nova liderança, consenso entre os dois grupos, começa a fazer parte do comando da Reserva. O nome escolhido foi o do ex-cacique Francisco Lima. "Tomamos essa medida para apaziguar a situação no local. Esperamos que agora todos possam viver em paz na Reserva Ligeiro. É importante dizer que, apesar de não estarmos 24 horas naquele local, estamos monitorando todas as ações que lá acontecem", diz o delegado Mário.

Há cerca de 40 dias o cacique Vilásio e mais outras duas pessoas do seu grupo tiveram suas casas incendiadas. Desde então esse grupo vive em um outro local, segundo o delegado Mário, em condições totalmente precárias. O impasse na reserva acontece principalmente por causa de uma área de 1,6 mil hectares de terra, que foi arrendada para que os indígenas pudessem produzir alimentos. Para tanto, eles organizaram uma cooperativa. Um grupo não quis fazer parte da organização e as discussões tiveram início.

fonte:

Rádio Planalto



Boletim de Notícias - Edição nº 161 / 2014

Brasília, 11 de setembro de 2014.

PF diz que não há brasileiros entre índios mortos

SÍTIO PORTAL BRASIL, 11.09.2014

Quatro índios da etnia Ashaninkas morreram na fronteira do Brasil com Peru; todos eram do país vizinho

A Polícia Federal publicou nota em seu site nesta quinta-feira (11), esclarecendo que a morte de quatro índios da etnia Ashaninkas na fronteira do Brasil com o Peru, ocorreu no país vizinho. A PF garante que não há brasileiros entre os mortos.

A Polícia já mobilizou uma equipe de policiais para a aldeia no lado brasileiro.

Fonte:

Polícia Federal



Abertura dos Jogos Indígenas do Amapá será nesta segunda-feira na aldeia Kumarumã

SÍTIO AGÊNCIA AMAPÁ DE NOTÍCIAS, 11.09.2014

Os Jogos Indígenas do Amapá 2014 começam segunda-feira, 15, às 10h, na aldeia Kumarumã, localizada na região do município de Oiapoque. As seletivas acontecem no período de 15 de setembro a 3 de outubro nas aldeias Kumarumã, Kumenê, Santa Isabel, Galibi e Tukay.

Já na aldeia Aramirã, em Serra do Navio, as eliminatórias ocorrem nos dias 9, 10 e 11 de outubro.

Os atletas das etnias Galibi Marworno, Galibi Kalinã, Palikur, Karipuna, Wajãpi, Tiriyo, Kaxuyana, Txikuyana, Apalai e Wayana disputarão futebol, corrida de tora, corrida com jamaxi, cabo de força, arco e flexa, canoagem em dupla, pintura indígena, subida no açazeiro, contos e mitos, natação, pescaria, zarabatana, arremesso de lança e corrida tradicional.

A grande final está programada para os dias 7, 8 e 9 de novembro, na aldeia do Manga, em Oiapoque. Os Jogos Indígenas são uma realização do Governo do Amapá, coordenados pela Secretaria de Estado do Desporto e Lazer (Sedel) e Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi).



VII Encontro da Mulher Negra Quilombola será dias 12, 13 e 14/09.

SÍTIO DESACATO, 11.09.2014

A ideia é mostrar a força da mulher como liderança na luta por território.

Nos dias 12, 13 e 14 de setembro será realizado o VII Encontro da Mulher Negra Quilombola na comunidade de São Bernardino, município de Moju, nordeste do Pará. Com o tema "Pelos braços da mulher negra: A força de um Quilombo", a ideia do evento, organizado por elas mesmas, é mostrar a força da mulher quilombola como liderança nas lutas pela titulação dos territórios quilombolas.

Nos últimos seis encontros de mulheres negras quilombolas organizados, mudanças sensíveis e significativas já foram percebidas, principalmente a valorização da mulher como liderança, o respeito conquistado nas relações familiares e os espaços institucionais ocupados. Mas, segundo a organização do encontro, ainda há muito por que lutar: o machismo ainda faz vítimas e o racismo ainda segrega.

Durante os três dias de evento serão discutidos temas como a educação quilombola, a segurança pública, a saúde quilombola e os usos das ervas medicinais, além da Marcha das Mulheres Negras de 2015. Também serão ofertadas oficinas de capacitação política para jovens mulheres negras quilombolas com o objetivo de fortalecer as novas lideranças. Ao final, serão redigidos encaminhamentos em um plano de ação e em uma carta compromisso a serem endereçados aos órgãos competentes.

O Encontro está sendo realizado pela Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungu) e pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa). Além da participação das mulheres quilombolas do estado do Pará, os encontros de mulheres negras quilombolas tem recebido a participação de entidades de defesa da mulher de outros estados como o Maranhão e o Amapá.

Fonte: Portal Geledés



Justiça Federal mantém área fora da demarcação de quilombo na Picadinha
SÍTIO DOURADOS AGORA, 11.09.2014

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região negou provimento aos recursos de Reexame Necessário e de Apelação apresentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e manteve a propriedade dos produtores rurais Carlos Roberto Junqueira Franco e Helle Nice Aparecida Tozzi Junqueira Franco fora do processo administrativo que cria um área quilombola na Picadinha, em Dourados. “Os desembargadores entenderam, por maioria dos votos, que não caberia o reexame necessário solicitado pelo Incra e mantiveram a decisão da Justiça Federal de Dourados que excluiu a área de 630,4012 hectares do processo demarcatório do Incra”, explica o advogado Cícero Alves da Costa.

Na ação, que foi acolhida pelo juiz federal, o advogado argumentou que foi arbitrária e ilegal a inclusão dos imóveis dos seus clientes no processo administrativo para criar a área quilombola na Picadinha. “Ficou patente a imoralidade administrativa praticada pelo Incra, que agiu de má-fé ao qualificar, de forma unilateral e sem participação do Poder Judiciário, Dezidério Felipe de Oliveira como escravo e quilombola, com a finalidade de revogar os títulos de domínio emitidos pelo Estado aos legítimos proprietários”, ressaltou o advogado.

No julgamento do recurso do Incra, o desembargador federal Andre Nekatschalow, que atuou como relator, votou pelo cabimento do reexame necessário e de apelação, mas os desembargadores federais Luiz Stefanini e Antônio Cedenho, votaram contra e mantiveram a decisão do juiz federal de Dourados por maioria de votos.

O desembargador federal Luiz Stefanini observou que a Constituição Federal de 1988 assegura, por intermédio do artigo 68 do ADCT, o direito dos remanescentes das comunidades quilombolas à propriedade das terras habitadas até a promulgação da Carta Constitucional. “Nessa mesma esteira de entendimento foi a conclusão do ministro César Peluso (STF) na ADI 3239, cujo julgamento encontra-se interrompido em virtude do pedido de vista da ministra Rosa Weber, segundo qual os destinatários da norma seriam aqueles que subsistiam nos locais tradicionalmente conhecidos como quilombos, entendidos estes na acepção histórica, em 5 de outubro de 1988”, ressaltou.

Para o desembargador federal Luiz Stefanini aqueles que, tendo buscado abrigo nesses locais (quilombos), antes ou logo após a abolição, lá permaneceram até a promulgação da Constituição de 1988. “Aliado a esses apontamentos, convém dizer também que o imóvel dos autores encontra-se registrado desde a década de 80, não se verificando a existência de conflitos possessórios ao tempo da promulgação da Lei Maior”, ressaltou o desembargador.

O voto de Luiz Stefanini ressaltou o seguinte: analisando os documentos apresentados pelo autor, observa-se que o imóvel objeto da matrícula n. 16.567 do CRI de Dourados é oriundo da divisão do imóvel denominado Cabeceira São Domingos, sendo certo que aos 22.11.1982, o

CONT.



próprio Incra outorgou um título ratificatório ao coautor Carlos Roberto Junqueira Franco, reconhecendo a transferência do domínio das terras, objeto da matrícula n. 16.657 do CRI de Dourados oriunda do imóvel Cabeceira São Domingos, denotando, portanto, que a propriedade não mais ostentava a condição de terra ocupada por remanescente por comunidades de quilombos desde tal data.

Ainda no seu voto, o desembargador federal Luiz Stefanini, ressaltou que em relação à área matriculada no CRI de Dourados, sob o n. 27.181, também de propriedade da parte autora, deve ser observado que não há nos autos documentos que comprovem que as terras são oriundas do antigo imóvel Cabeceira São Domingos, tampouco que foram objeto de expedição de título ratificatório emitido pelo INCRA em favor dos autores.

O voto do desembargador foi taxativo: "Infere-se, portanto, em prestígio ao princípio da segurança jurídica, que a área rural de matrícula número 16.567 dos autores não deve sofrer a incidência do artigo 68 do ADCT, não cabendo sua utilização nos estudos para reconhecimento de propriedade de áreas remanescentes de comunidades de quilombos". "Diante do exposto, divirjo do relator para rejeitar a matéria preliminar e, no mérito, negar provimento ao reexame necessário e ao recurso de apelação", finalizou Luiz Stefanini.

Ao final, foi publicado o seguinte Acórdão: vistos e relatados os autos em que são partes Carlos Roberto Junqueira Franco e Helle Nice Aparecida Tozzi Junqueira Franco, decide a Egrégia Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, rejeitar as preliminares. No mérito, por maioria, nega provimento ao reexame necessário e ao recurso de apelação.



Nível do rio prejudica viagem de ribeirinhos à capital

SÍTIO PÁGINA 20, 11.09.2014

O período de seca na região amazônica, que começou em junho e termina em outubro, diminui o nível dos mananciais e preocupa principalmente as comunidades ribeirinhas.

No Acre, a estiagem severa dificulta o acesso de muitas famílias que moram em áreas distantes da cidade, como os agricultores, que utilizam o Rio Acre como corredor para escoar a produção de frutas, verduras, grãos e outras mercadorias para os mercados municipais e feiras livres.

“A situação de quem precisa do rio para se deslocar é bastante difícil. Gastamos quase 12 horas de subida para chegar aqui em Rio Branco. Vim para tratamento de saúde. Também trouxemos algumas mercadorias para vender no mercado e poder pagar pelo menos o combustível da viagem”, desabafou a produtora rural Francisca Adalgisa de Moura, 67 anos, que veio da colônia São Francisco, localizada no Projeto Moreno Maia.

“Não podemos trazer muita coisa porque o barco poderia ficar encalhado, e, se isso acontece, podemos demorar até dois dias para chegar aqui. Onde moramos é complicado porque se existisse um ramal seria melhor para o escoamento da nossa produção e para outras necessidades”.

Nível do Rio Acre preocupa autoridades

Mesmo subindo alguns centímetros em decorrências das fortes chuvas que caem neste mês, devido à alta temperatura, o baixo nível do Rio Acre deixa em alerta os órgãos responsáveis pelo monitoramento do manancial, como a Defesa Civil estadual e municipal. Na última quarta-feira, 10, o rio subiu 29 centímetros e registrou 2,38 metros. Na medição de ontem, alcançou 2,67 metros.

Dell Pinheiro – Jornal Página 20